Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

CNPJ/MF nº CNPJ/MF nº 10.647.979/0001-48

Relatório da Administração

Itatiba, 6 de março de 2026 – É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes. As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao quarto trimestre de 2025 ("4T25") versus o quarto trimestre de 2024 ("4T24"), e aos exercícios de 2025 e de 2024.

1. Apresentação – Histórico: A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. Os controladores diretos da Companhia são a Rodovias do Brasil Holding S.A. (85%) e a OTP Rodovias S.A. (15%). **Características do Projeto:** O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Interligação da SP-065 com a SP-066 (SPI-084/066), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), via Perimetral de Itatiba (SPI-081/360) e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a aproximadamente 297 quilômetros. Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras são: Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Conchal, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Igaratá, Itatiba, Jacareí, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Mogi Guaçu, Nazaré Paulista, Paulínia e Valinhos. O Corredor Dom Pedro I possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a ligação do Vale do Paraíba com a Região Metropolitana de Campinas e o Circuito das Frutas, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos. **Características da Região:** Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras apresentam uma economia dinâmica e diversificada, com forte presença de indústrias de ponta. Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nessas cidades. **Operação:** A Concessionária Rota das Bandeiras possui 8 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 1 Área de Descanso para Caminhoneiros, 93 câmeras de monitoramento, 14 veículos de inspeção de tráfego, 7 ambulâncias e 1 UTI, 8 guinchos leves, 4 guinchos pesados, 2 caminhões de apreensão de animais, 2 caminhões-pipa e 2 veículos de balança móvel. A Companhia conta com 65 profissionais de resgate, 85 operadores de tráfego e 14 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO). Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 264 atendimentos por dia no exercício de 2025.

2. Destaques: EBITDA Ajustado: R$ 1.062.834 mil atingidos no exercício de 2025 (+10,9% vs. 2024), com margem EBITDA Ajustado de 87% em 2025 (+0,5 p.p. vs. 2024); CAPEX: R$ 190.992 mil realizados em ampliação e manutenção no exercício de 2025. Investidos na execução de importantes obras como: (i) Continuidade Faixa Adicional entre o km 74 ao 88 da SP-065, (ii) Conclusão de 2 Estradas Secundárias no km 11+300, 1 no km 37+020 da SP-065, (iii) Início da duplicação da Rodovia SP 063 do km 22+800 ao km 24+600, (iv) Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 121, (v) Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116 e 119 da SP-332 e (vi) Continuidade do Acesso do Km 81 da SP-065, (vii) Início dos Recapeamentos da 4ª Intervenção nas rodovias SP332 – km 110+280 ao 134+690 e SP065 – km 65+050 ao 113+000.

3. Desempenho Econômico Financeiro – Tráfego

Tráfego						*Em milhares de reais*
Categoria	4T25	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Pesado	17.748	17.295	2,6%	69.691	66.136	5,4%
% VEQ Totais	60,0%	60,3%	(0,3 p.p.)	61,0%	60,9%	0,0 p.p.
Leve	11.831	11.382	4,0%	44.615	42.391	5,2%
% VEQ Totais	40,0%	39,7%	0,3 p.p.	39,0%	39,1%	(0,0 p.p.)
Total VEQ[1]	**29.579**	**28.677**	**3,15%**	**114.306**	**108.527**	**5,33%**
Tarifa média[2]	11,74	11,18	5,1%	11,46	10,94	4,8%

[1] Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes); [2] A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ. O tráfego pedagiado, em VEQ, alcançou um total de 29.579 mil no 4T25 (aumento de 3,1% vs. 4T24) e 114.306 mil em 2025 (aumento de 5,3% vs. 2024). Aproximadamente sessenta por cento do tráfego pedagiado (em VEQ) da Companhia é atrelado aos veículos pesados. Vale ressaltar que, a partir do dia 31 de maio de 2018 foi decretada a suspensão da cobrança de eixo suspenso, restabelecendo as condições iniciais do Contrato de Concessão. Por outro lado, a partir de 09 de outubro de 2023, a Companhia passou a cobrar tarifa pela totalidade dos eixos, independentemente de estarem suspensos, de todos os veículos comerciais carregados com manifesto de documento fiscal eletrônico em aberto (MDF-e, utilizando a consulta na SEFAZ) que passarem pelas praças de pedágio do Corredor Dom Pedro. A cobrança do eixo suspenso está amparada na Lei Federal nº 13.103/2015 e na Resolução Conjunta SPI/SEMIL 001, de 04/09/2023, que estabelece os requisitos para que sejam considerados vazios os veículos de transporte de cargas que circulem nas vias terrestres estaduais.

Receita Bruta

						Em milhares de reais
Descrição	**4T25**	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Receita bruta de serviços	431.615	353.042	22,3%	1.483.632	1.437.866	3,2%
Receitas de Pedágio	347.343	320.750	8,3%	1.309.670	1.187.030	10,3%
% Receita líquida de serviços	86,4%	98,4%	(11,9 p.p.)	95,5%	88,8%	6,7 p.p.
Receitas Acessórias e outras	6.363	5.578	14,1%	23.787	21.264	11,9%
% Receita líquida de serviços	1,6%	1,7%	(0,1 p.p.)	1,7%	1,6%	0,1 p.p.
Receita Bruta Operacional	353.706	326.328	8,4%	1.333.457	1.208.294	10,4%
Receita de Construção	77.909	26.714	191,6%	150.175	229.572	(34,6%)
% Receita líquida de serviços	19,4%	8,2%	11,2 p.p.	11,0%	17,2%	(6,2 p.p.)
Impostos e contribuições sobre serviço	(29.818)	(26.956)	10,6%	(112.408)	(101.301)	11,0%
% Receita líquida de serviços	(7,4%)	(8,3%)	0,8 p.p.	(8,2%)	(7,6%)	(0,6 p.p.)
Receita líquida de serviços	**401.797**	**326.086**	**23,2%**	**1.371.224**	**1.336.565**	**2,6%**

A **Receita Bruta Operacional** da Companhia totalizou R$ 353.706 mil no 4T25 (aumento de 8,4% vs. 4T24) e R$ 1.333.457 mil em 2025 (aumento de 10,4% vs. 2024). A principal fonte de receita da Companhia provém das **Receitas de Pedágio**, que no 4T25 alcançaram R$ 347.343 mil (aumento de 8,3% vs. 4T24) e R$ 1.309.670 mil em 2025 (aumento de 10,3% vs. 2024). Essa melhora nas Receitas de Pedágio pode ser atribuída principalmente ao (i) crescimento do tráfego e (ii) reajuste tarifário ordinário de julho de 2025. As **Receitas Acessórias** totalizaram R$ 6.363 mil no 4T25 (aumento de 14,1% vs. 4T24) e R$ 23.787 mil em 2025 (aumento de 11,9% vs. 2024) efeito das receitas por Uso da Faixa de Domínio e Passagem de Cargas Especiais. **Custos e Despesas:** Os **Custos e Despesas** totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Provisão de Conserva Especial, Custos de Construção, Depreciação/Amortização, Despesas Gerais e Administrativas e pela Provisão de Contingências. Seguem abaixo os resultados do 4T25 e do exercício de 2025, em relação ao mesmo período de 2024:

						Em milhares de reais
Descrição	**4T25**	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Custos	(180.632)	(126.251)	43,1%	(537.149)	(600.583)	(10,6%)
Custos dos Serviços Prestados	(32.151)	(29.873)	7,6%	(117.844)	(116.386)	1,3%
Provisão de Conserva Especial	(12.436)	(13.336)	(6,7%)	(47.889)	(51.730)	(7,4%)
Custos de Construção	(77.132)	(26.447)	191,6%	(148.674)	(227.276)	(34,6%)
Depreciação/Amortização	(58.913)	(56.595)	4,1%	(222.742)	(205.191)	8,6%
Despesas	737	(12.213)	(106,0%)	(51.637)	(37.186)	38,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(5.167)	(10.502)	(50,8%)	(41.685)	(34.020)	22,5%
Provisão de Contingências	5.904	(1.711)	(445,1%)	(9.952)	(3.166)	214,3%
Total	**(179.895)**	**(138.464)**	**29,9%**	**(588.786)**	**(637.769)**	**(7,7%)**

Os **Custos** totalizaram R$ 180.632 mil no 4T25 (aumento de 43,1% vs. 4T24) e R$ 537.149 mil em 2025 (redução de 10,6% vs. 2024), a principal redução nesse período ocorreu na rubrica de Custos de Construção devido ao cronograma de investimentos. As **Despesas** impactaram positivamente o resultado em R$ 737 mil no 4T25 (redução de 106,0% vs. 4T24), e em 2025 resultaram em R$ 51.637 mil (aumento de 38,9% vs. 2024), impactada principalmente pela rubrica de Provisão de Contingências conforme detalhado na Nota Explicativa nº 23. **EBITDA:** O **EBITDA Ajustado** apresentou resultado de R$ 276.484 mil no 4T25 (crescimento de 6,6% vs. 4T24) e em 2025 alcançou R$ 1.062.834 mil (crescimento de 10,9% vs. 2024), com margem EBITDA Ajustado de 85,4% no 4T25 (redução de 1,2 p.p. vs. 4T24) e no exercício de 2025 atingiu 87,0% (aumento de 0,5 p.p. vs. 2024).

Composição do EBITDA						*Em milhares de reais*
Descrição	4T25	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Resultado do exercício	101.085	103.150	(2,0%)	335.485	310.405	8,1%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	84.051	95.318	(11,8%)	320.850	316.912	1,2%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.121	(8.949)	(425,4%)	130.169	79.313	64,1%
EBIT	214.257	189.519	13,1%	786.504	706.630	11,3%
Margem EBIT (%)	53,3%	58,1%	(4,8 p.p.)	57,4%	52,9%	4,5 p.p.
Depreciação e amortização	59.181	56.993	3,8%	224.151	206.816	8,4%

Composição do EBITDA						*Em milhares de reais*
Descrição	4T25	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
EBITDA	273.438	246.512	10,9%	1.010.655	913.446	10,6%
Margem EBITDA (%)	68,1%	75,6%	(7,5 p.p.)	73,7%	68,3%	5,4 p.p.
Margem de Construção [1]	(778)	(267)	191,4%	(1.501)	(2.296)	(34,6%)
Provisão de Conserva Especial [2]	12.436	13.336	(6,7%)	47.889	51.730	(7,4%)
Provisão de Contingência	(5.904)	1.711	(445,1%)	9.952	3.166	214,3%
Outras (receitas) despesas, líquidas	(2.708)	(1.897)	42,8%	(4.161)	(7.824)	(46,8%)
EBITDA Ajustado	**276.484**	**259.395**	**6,6%**	**1.062.834**	**958.222**	**10,9%**
Margem EBITDA Ajustado (%)	85,4%	86,6%	(1,2 p.p.)	87,0%	86,6%	0,5 p.p.

[1] Margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05. [2] Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Resultado Financeiro: A Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R$ 84.051 no 4T25 (redução de 11,8% vs. 4T24) e R$ 320.850 mil em 2025 (aumento de 1,2% vs. 2024).

						Em milhares de reais
Descrição	**4T25**	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Receitas Financeiras	**13.043**	16.176	(19,4%)	78.202	65.815	18,8%
Despesas Financeiras	**(97.094)**	(111.495)	(12,9%)	(399.052)	(382.727)	4,3%
Resultado Financeiro Líquido	**(84.051)**	**(95.318)**	**(11,8%)**	**(320.850)**	**(316.912)**	**1,2%**

As **Receitas Financeiras** totalizaram R$ 13.043 mil no 4T25 (redução de 19,4% vs. 4T24) e R$ 78.202 mil em 2025 (aumento de 18,8% vs. 2024). As variações são decorrentes do volume de aplicações financeiras da Companhia, bem como dos efeitos das taxas de juros a que tais aplicações estão expostas (CDI). Já as **Despesas Financeiras** alcançaram R$ 97.094 mil no 4T25 (redução de 12,9% vs. 4T24) e 399.052 mil em 2025 (aumento de 4,3% vs. 2024). As variações são decorrentes dos empréstimos e debêntures da Companhia que estão indexados ao IPCA e CDI. **Endividamento:** O saldo da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2025 apresentou aumento de 2,9% quando comparado à 31 de dezembro de 2024.

			Em milhares de reais
Descrição	**31 de dezembro de 2025**	**31 de dezembro de 2024**	**Var. %**
Dívida Bruta	**2.778.840**	**3.135.015**	**-11,4%**
Empréstimos e Debêntures	2.778.840	3.135.015	-11,4%
Caixa e Aplicação Financeira	**(140.987)**	**(572.646)**	**-75,4%**
Dívida Líquida	**2.637.853**	**2.562.369**	**2,9%**

Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Ratings[4]: Em 29 de janeiro de 2025, a agência de classificação de risco Moody's Local ("Moody's") afirmou os ratings "AAA.br", com perspectiva estável, da 1ª Emissão de Debêntures ("ODTR") e da 2ª Emissão de Debêntures ("CBAN") da Companhia. Posteriormente, em 15 de abril de 2025, a agência Fitch Ratings ("Fitch") também afirmou os ratings "AAA(bra)", com perspectiva estável, para ambas as emissões. Em 15 de outubro de 2025, a Companhia efetuou a liquidação da 1ª Emissão de Debêntures ("ODTR").

[4] Evento subsequente: em fevereiro de 2026, as agências Moody's e Fitch afirmaram os ratings "AAA.br" e "AAA(bra)", respectivamente, com perspectiva estável da 2ª Emissão de Debêntures CBAN.

Investimentos[5]: Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia no 4T25 totalizaram R$ 95.307 mil, sendo R$ 80.012 mil destinados à ampliação e R$ 15.295 mil à manutenção. No 4T24, esses valores foram de R$ 33.196 mil (R$ 17.965 mil de ampliação e R$ 15.231 mil de manutenção). No exercício de 2025, os investimentos somaram R$ 190.992 mil, distribuídos entre R$ 137.842 mil em ampliação e R$ 53.150 mil em manutenção, frente a R$ 226.741 mil em 2024 (R$ 183.768 mil em ampliação e R$ 42.973 mil em manutenção), demonstrando sua responsabilidade e compromisso com a segurança e bem-estar dos seus usuários, atingindo o montante de R$ 4,4 bilhões já investidos desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T25 estão detalhadas abaixo: • Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 74+000 ao 88+150 da SP-065; • Continuidade do Acesso do Km 81 (Norte e Sul) da SP-065; • Continuidade duplicação do km 22+800 ao km 24+600 da SP-063; • Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 121; • Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116 e 119 da SP-332; • Início do Recapeamento SP332 – km 110+280 ao 121+120 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP332 – km 121+120 ao 134+690 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP065 – km 65+050 ao 88+150 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP065 – km 88+150 ao 93+300 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP065 – km 93+300 ao 113+000 – 4ª Intervenção; o Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários; • Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização; • Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

[5] Não considera juros capitalizados.

Resultado Líquido: A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2025 um resultado líquido acumulado positivo de R$ 335.485 mil, comparado a R$ 310.405 mil no mesmo período do exercício anterior (aumento de 8,1% vs. 2024).

4. Informações sobre a Companhia: Indicadores Operacionais: A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de Atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de Atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros. No exercício de 2025, foram realizados aproximadamente 96 mil socorros aos usuários ao longo da malha viária, volume equivalente ao registrado no mesmo período do exercício anterior, compostos basicamente da seguinte forma: • 64,9% de serviços de inspeção; • 18,8% de serviços de guincho; • 11,4% de serviços mecânicos; • 4,3% de serviços pré-hospitalares; • 0,6% de serviços com caminhão-pipa, apreensão de animais e apoio em geral. **Gestão de Pessoas:** A Companhia utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforça ainda mais a cultura empresarial da Companhia, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de Compliance e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com um total de 651 integrantes em seu quadro, sendo CLT, Estatutário, Jovem Aprendiz e Estagiário, ante 657 integrantes do mesmo período do exercício anterior. **Equidade:** A Companhia mantém o compromisso com a equidade e a diversidade, monitorando periodicamente a composição do quadro de profissionais, reforçando a continuidade de ações voltadas à promoção de maior equilíbrio e inclusão no ambiente corporativo. A tabela a seguir compara a quantidade de integrantes na Companhia entre os exercícios findos em 2025 e 2024, segmentados por gênero e nível hierárquico, conforme disposto no art. 133, parágrafo 6º, da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada pela Lei 15.177/2025:

Headcount Operacional/ Administrativo	**Feminino**		**Masculino**		**Total**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Praças de Pedágio	207	215	34	34	**241**	**249**
Atendimento Pré-Hospitalar	21	22	46	44	**67**	**66**
Posto Geral de Fiscalização	7	8	8	9	**15**	**17**
Outros Operacionais	38	40	133	130	**171**	**170**
Estagiário/Aprendiz	14	14	10	11	**24**	**25**
Administrativo	50	50	48	46	**98**	**96**
Coordenação	8	8	9	8	**17**	**16**
Gerencial	2	2	14	14	**16**	**16**
Total Geral	**347**	**359**	**302**	**296**	**649**	**655**

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segmentados por gênero.

Headcount Diretoria	**Feminino**		**Masculino**		**Total**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Diretoria Estatutária	–	–	2	2	2	2

As tabelas a seguir demonstram a média da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia, e a evolução comparativa dos indicadores entre o exercício findo em 2025 e o exercício imediatamente anterior.

Representatividade 2025 (Base 100)	**Feminino (Feminino/Masculino)**			**Masculino (Masculino/Masculino)**		
	Fixa	**Variável**	**Eventual**	**Fixa**	**Variável**	**Eventual**
Praças de Pedágio	100%	102%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Atendimento Pré-Hospitalar	102%	88%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Posto Geral de Fiscalização	100%	130%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Outros Operacionais	82%	83%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Estagiário/Aprendiz	100%	N/A	N/A	100%	**N/A**	**N/A**
Administrativo	73%	80%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Coordenação	81%	86%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Gerencial	130%	146%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Diretoria Estatutária	0%	0%	N/A	100%	**100%**	**N/A**

Representatividade 2024 (Base 100)	**Feminino (Feminino/Masculino)**			**Masculino (Masculino/Masculino)**		
	Fixa	**Variável**	**Eventual**	**Fixa**	**Variável**	**Eventual**
Praças de Pedágio	101%	93%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Atendimento Pré-Hospitalar	100%	98%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Posto Geral de Fiscalização	101%	113%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Outros Operacionais	79%	71%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Estagiário/Aprendiz	100%	N/A	N/A	100%	**N/A**	**N/A**
Administrativo	71%	71%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Coordenação	79%	84%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Gerencial	137%	151%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Diretoria Estatutária	0%	0%	N/A	100%	**100%**	**N/A**

Nota: remuneração fixa considera o salário base; remuneração variável considera participação nos lucros e resultados. Ainda, a Companhia disponibiliza o Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens, conforme art. 5º Lei 14.611/2023 em seu site Institucional (https://www.rotadasbandeiras.com.br/). **Programa Jovem Aprendiz:** A Companhia, em parceria com a Instituição Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI"), realiza o Programa Jovem Aprendiz, contratando jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de acordo com o programa legal de primeiro emprego. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com 22 aprendizes em seu efetivo, sendo 1 jovem PCD, comparado ao total de 24 aprendizes em 31 de dezembro de 2024. **Programa Pertencer:** Desde 2014, a Companhia desenvolve uma série de ações com o objetivo de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Inicialmente chamado de Rota da Inclusão, o programa foi reestruturado, em setembro de 2022, para ampliar seu alcance e efetividade com a criação do Programa Pertencer, que foca na contratação de pessoas com deficiência para as mais diversas áreas da Companhia e no trabalho de sensibilização e conscientização de todos os integrantes para lidar com as diferenças e experimentar uma convivência sadia no ambiente de trabalho. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava em seu quadro com 25 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas, ante 24 integrantes em 31 de dezembro de 2024.

5. Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ESG"): 5.1 Ambiental: Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma Companhia com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes. Todas as atividades inerentes a Companhia, são previamente analisadas e quando necessário, são implantadas melhorias e/ou adequações em seus processos, com intuito de garantir o cumprimento da legislação vigente, assim como, na mitigação dos impactos ambientais correlacionados com a operação das rodovias sob responsabilidade da Concessionária. Todas as obras executadas pela Companhia de manutenção e ampliação, além de atender a legislação, contemplam com programas ambientais, os quais são desenvolvidos com intuito de propiciar a recuperação e recomposição da flora, assim como, ampliar o habitat para a fauna silvestre nas áreas circunvizinhas do Corredor Dom Pedro I. Quanto às atividades inerentes à operação, a equipe de gestão ambiental busca desenvolver e/ou implantar melhorias em seus processos que mitiguem riscos de impactos ambientais ou propiciem a diminuição do consumo de recursos naturais, com intuito de aumentar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sem onerar a Companhia ou descumprir as obrigações legais. **Preservação e Recuperação da Flora:** Desde que iniciou suas atividades para ampliação e modernização do Corredor Dom Pedro I, em 2009, a Companhia em cumprimento as obrigações dos licenciamentos ambientais, mantém um rigoroso programa de restauração ecológica, prioritariamente em áreas de preservação permanente e/ou que propiciem a formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), nas áreas circunvizinhas de sua malha viária, por meio do reflorestamento com árvores nativas. Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias do Corredor Dom Pedro I, a Companhia planta 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim, desde abril de 2009, mais de 519 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis e consequentemente atestando o cumprimento das compensações pelos órgãos ambientais. **Respeito à Fauna:** A Companhia monitora constantemente a malha viária e registra todas as ocorrências evolvendo fauna, com intuito de adotar medidas que diminuam os riscos de atropelamentos e consequentemente ampliar a segurança dos usuários e dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro I. Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro I, a Rota das Bandeiras, prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados nos corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente, com intuito de promover um habitat adequado de modo a diminuir a presença de fauna nas rodovias. A Companhia desenvolveu o programa Censo Animal, para mitigar as ocorrências envolvendo fauna doméstica de grande porte (bovinos, equinos etc.), devido ao risco de acidentes, considerados graves, ocorrerem quando envolvem animais desta tipologia. O programa consiste no cadastramento das propriedades lindeiras às rodovias, assim como, dos animais de grande porte. O programa tem como objetivo conscientizar os proprietários sobre a importância de manterem os animais devidamente confinados nos limites das propriedades, além de auxiliar na identificação para solicitação de reparo em cercas danificadas e possibilitar a devolução do animal apreendido para o proprietário. **Monitoramento de Focos de Incêndio:** O Corredor Dom Pedro I se concentra em uma região com clima tropical de altitude, com invernos secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto. Para mitigar este risco, em apoio a equipe de campo, a Concessionária Rota das Bandeiras utiliza 93 câmeras para monitoramento, através Centro de Controle Operacional, possibilitando o acionamento imediato de sua equipe que disponibiliza de 2 caminhões-pipa e uma viatura adaptada, para combater princípios de incêndios. Adicionalmente, a Concessionária realiza medidas preventivas, como por exemplo, o recolhimento contínuo de resíduos, bem como a execução e manutenção de aceiros nos limites de toda a faixa de domínio. Estas medidas, caso ocorram focos de incêndio, possibilitam diminuir a propagação do fogo e consequentemente auxiliam a equipe no momento do combate ao foco. **Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos:** Assim como no caso dos focos de incêndio, além da equipe de campo, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são utilizadas pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência, inclusive envolvendo cargas com produtos perigosos, onde o atendimento é realizado de acordo com as diretrizes do Plano de Atendimento à Emergências Químicas (PAE), desenvolvido para a malha viária do Corredor Dom Pedro I. A Companhia também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas, promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga. **Gerenciamento de Resíduos Sólidos:** O Sistema de Gestão Ambiental da Companhia possibilita o monitoramento da geração e destinação dos resíduos sólidos do Corredor Dom Pedro I. No 4º trimestre de 2025, foram recolhidos por mês em média 130,34 toneladas. Este trabalho também reflete a preocupação da Companhia com as questões ambientais, visto que a destinação adequada de resíduos possibilita o seu reaproveitamento e/ou reciclagem, além de postergar a vida útil dos aterros sanitários da região. **5.2 Social:** Desde o início de suas atividades, a Companhia tem como um de seus pilares o cuidado em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o Corredor Dom Pedro I. Assim, a Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação para o trânsito e segurança viária, que atendem todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro I. Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizados pela Companhia: **Rota da Educação:** Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Companhia para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação para o trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro I, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho em sala de aula é realizado com crianças do 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos, e já beneficiou mais de 109 mil alunos desde o início de suas atividades. Além disso, desde 2022 o Rota da Educação também contribui para a revitalização da sinalização no entorno das escolas que participam das atividades do programa, conforme cronograma alinhado com as secretarias de Educação dos municípios. Nesse sentido, 18 escolas de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Conchal, Cosmópolis, Igaratá, Itatiba, Jarinu, Mogi Guaçu e Nazaré Paulista já foram beneficiadas com a nova sinalização. **Rota da Transformação:** Criado em 2021, o Rota da Transformação é um programa que estimula ações de voluntariado dentro da Concessionária, visando a transformação de vidas, sejam dos próprios integrantes que participam das ações, sejam das pessoas por elas beneficiadas. Entre as atividades, estão a arrecadação de cestas básicas entre os integrantes para doação a famílias em situação de vulnerabilidade nos municípios do Corredor Dom Pedro I (foram 1.345 cestas doadas no biênio 2021-2022), e as ações trimestrais para doação de sangue, contribuindo com o Hemocentro da Unicamp. No biênio 2024-2025, a Concessionária realizou a ação Natal "Solidário", com a arrecadação de fraldas geriátricas para doação ao Fundo Social de Solidariedade de Conchal, a doação de brinquedos para crianças e adolescentes que frequentam o Instituto Passo a Passo, em Itatiba, e a doação de cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade em Atibaia. **Incentivo ao Esporte:** A Companhia também acredita no esporte como uma importante ferramenta para a transformação de vidas. Por isso, apoia o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos do Judô de Atibaia, a APAJA, que ministra aulas de judô a cerca de 1.000 alunos por mês, a maioria crianças e jovens carentes. E, desde 2019, também contribui com a Associação Paradesportista de Atibaia (APA), que desenvolve atividades de atletismo, natação e canoagem paraolímpica com cerca de 120 atletas por mês. O apoio é garantido por meio de uma lei municipal de Atibaia que autoriza o repasse de parte do ISS (Imposto Sobre Serviços) a projetos esportivos. A Rota das Bandeiras destina cerca de R$ 120 mil mensais do ISS do pedágio diretamente às entidades. Além de garantir a iniciação de crianças e jovens no esporte, o trabalho da APAJA também tem contribuído para a formação de atletas de alto rendimento, que participam de competições em todo o Brasil e até mesmo no exterior e acumulam convocações para a seleção brasileira. Outro projeto apoiado pela Companhia, via Lei Federal de Incentivo ao Esporte, é desenvolvido pelo Grupo de Amigos Deficientes e Esportistas de Campinas (GADECAMP), que promove a inclusão ao esporte por meio do basquete sobre cadeiras de rodas. O trabalho do GADECAMP, dividido entre o alto rendimento e a formação de novos atletas, impacta mensalmente 60 pessoas. A Concessionária também apoia, via Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o projeto JITA Kyoei Patrulheiros, desenvolvido pelo Instituto Francisco de Assis de Promoção Humana, que leva aulas de judô a 30 crianças e adolescentes com Síndrome de Down que frequentam a APAE Campinas. **Inclusão:** Contribuir para a quebra de barreiras em nossa sociedade e a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) é outro tema promovido pela Companhia, seja nas ações internas realizadas com seus integrantes, seja no apoio ao trabalho desenvolvido por entidades que trabalham com as PCDs. Desde 2023, a Companhia apoia o trabalho desenvolvido pela Fundação Síndrome de Down, por meio do repasse de recursos via Fundo Municipal em Defesa da Criança e do Adolescente de Campinas. A entidade atua há 40 anos e seu trabalho impacta mensalmente cerca de 300 alunos, além de suas famílias. **Lacre Nota 10:** Criada em 2018, a campanha "Lacre Nota 10" estimula a arrecadação de lacres de alumínio entre os integrantes da Companhia e alunos que participam das atividades do programa Rota da Educação para a troca por cadeiras de rodas, que são doadas para os fundos sociais de solidariedade dos municípios que integram o Corredor Dom Pedro ou entidades assistenciais do trecho concedido que trabalham com pessoas com deficiência. Para garantir a troca dos lacres por uma cadeira de rodas, são necessárias 140 garrafas pet de dois litros cheias de lacres, o equivalente a 91 km de lacres. Desde o início da campanha, a Rota das Bandeiras já efetivou a doação de 42 cadeiras de rodas. **Campanha Inverno Solidário:** A Campanha Inverno Solidário, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa a partir da arrecadação de cobertores novos e peças de roupa, novas ou usadas. Todos os materiais arrecada-

continua ...

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

dos são distribuídos para a população em situação de vulnerabilidade das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro I e, somente a partir de 2021, já foram distribuídos 2.127 cobertores novos e mais de 8 mil peças de roupa. **5.3 Governança Corporativa:** A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas do mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Abaixo estão listadas as principais práticas adotadas. **Órgãos da Administração:** A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia. Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança. Exceto no que se refere às matérias de deliberação dos acionistas nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias. O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que ele terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias. A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, admitida a reeleição. As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestar informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia. Além dos órgãos estatutários e de governança, a Companhia conta com Comitê de Auditoria, Risco e Conformidade. Além disso, a Companhia, por ser Companhia aberta e registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação anual de publicação no site da Companhia e no site da CVM do seu Formulário de Referência, o qual menciona todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas. Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM e comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores. **Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Em 2025, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações Contábeis. As informações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), além da legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como indicadores operacionais, *headcount*, ações ambientais e programas sociais, entre outros, são medições não contábeis e não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes. **Conduta e Código de Ética:** A Política de *Compliance* prevê a realização de programas de capacitação dos Integrantes da Companhia sobre os temas da Política. Quando da admissão de novos Integrantes, é realizado o programa de capacitação a respeito da Política de *Compliance* da Companhia. Além disso, anualmente são promovidos treinamentos com todos os Integrantes da Companhia sobre a Política de *Compliance* e as demais políticas internas da Companhia. A Política de *Compliance* se aplica a todos os Integrantes e pode ser consultada por eles através de comunicados internos, através do portal interno de comunicação da Companhia e está disponível na rede mundial de computadores na página da Companhia. A terceiros, a Política de *Compliance* é aplicada por meio da atuação dos Líderes, que são responsáveis pela contratação e pelo cadastro destes. Tais Líderes devem implantar e formalizar um processo de avaliação e diligência dos terceiros de acordo com os princípios da Política de *Compliance*, além do treinamento de *Compliance* na integração destes profissionais que ingressam na Companhia para prestação de serviços. O Sistema de *Compliance* da Companhia é composto por um canal de comunicação confidencial, administrado pela empresa independente Contato Seguro, por meio do qual são recebidos, tanto pelo 0800, quanto pelo website, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são comunicados periodicamente ao Comitê de Ética. O canal de denúncia da Companhia possui mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho. Em 17 de agosto de 2022, a Companhia conquistou a certificação da ABNT NRB ISO 37001:2017 – Sistemas de Gestão Antissuborno ("Certificação"), que atesta que a Companhia possui processos integrados de prevenção, mitigação, detecção e abordagem visando agir contra práticas potenciais ou reais de suborno. A Certificação reafirma o compromisso de atuação ética, íntegra e transparente da Companhia, além de sua preocupação em assegurar que todos os seus procedimentos estejam em linha com os altos padrões nacionais e internacionais de *Compliance*. Em 13 de novembro de 2024, a Companhia aderiu ao O PACTO BRASIL PELA INTEGRIDADE EMPRESARIAL, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), em que a Companhia assume, voluntariamente, o compromisso em agir com honestidade, transparência e responsabilidade em todas as interações, adotando práticas éticas que promovem a confiança entre clientes, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. Em 23 de junho de 2025 a Companhia aderiu ao PACTO EMPRESARIAL PELA INTEGRIDADE E CONTRA A CORRUPÇÃO do Instituto Ethos, sendo tal pacto um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas, cujo objetivo é uni-las na promoção de um mercado mais íntegro e ético e reduzir as diferentes práticas de corrupção, assumindo o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e stakeholders, a fim de que seja cumprida integralmente. Ademais, a Companhia realiza campanhas e palestras periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", notas sobre ética em coluna denominada "Momento Compliance". **Transparência e Gestão:** A Companhia mantém em seu website espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados. A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

6. Considerações Finais: Agradecimentos: Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os integrantes da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. **Auditores Independentes:** A Companhia, em atendimento às determinações da Instrução CVM 162/2022, informa que a KPMG Auditores Independentes Ltda., empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes o atendimento as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da intendência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover nossos interesses. **Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e suas alterações, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data e com as devidas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Itatiba, 6 de março de 2026.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	140.987	204.579
Aplicações financeiras	7	–	368.067
Contas a receber	8	92.616	85.525
Tributos a recuperar	–	3.552	28.224
Despesas antecipadas	–	4.757	4.712
Outros ativos	–	2.282	1.580
Total do ativo circulante		**244.194**	**692.687**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	19.171	49.821
Despesas antecipadas	–	459	352
Depósitos judiciais	10	121.532	111.007
Realizável a longo prazo		**141.162**	**161.180**
Intangível	11	3.442.798	3.587.310
Ativo de contrato	11	186.755	91.807
Imobilizado	12	2.258	1.740
Total do ativo não circulante		**3.772.973**	**3.842.037**
Total do ativo		**4.017.167**	**4.534.724**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	13	47.024	33.860
Passivo de arrendamento	15	18.560	21.246
Debêntures	14	107.773	712.897
Empréstimos	14	1.290	51.063
Obrigações sociais e trabalhistas	17	12.002	11.932
Obrigações tributárias	18	18.138	24.920
IRPJ e contribuição social	18	498	–
Provisão de conserva especial	20	27.933	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	16 (a)	28.390	91.264
Outros passivos	–	8.714	7.761
Total do passivo circulante		**270.322**	**954.943**
Não circulante			
Debêntures	14	2.620.133	2.371.055
Empréstimos	14	49.644	–
Passivo de arrendamento	15	29.516	32.230
Fornecedores	13	7.135	12.224
Obrigações tributárias	18	1.858	1.484
Provisão para demandas judiciais	19	43.337	33.385
Provisão de conserva especial	20	14.356	27.623
Total passivo não circulante		**2.765.979**	**2.478.001**
Patrimônio líquido			
Capital social	21 (a)	556.799	556.799
Reserva de capital	–	195.988	195.988
Reservas de lucros	–	228.079	348.993
Total do patrimônio líquido		**980.866**	**1.101.780**
Total passivo e patrimônio líquido		**4.017.167**	**4.534.724**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**556.799**	**195.988**	**24.819**	**253.269**	**–**	**1.030.875**
Lucro líquido do período	–	–	–	–	310.405	**310.405**
Dividendos intermediários distribuídos (Nota 21b)	–	–	–	(95.000)	–	**(95.000)**
Reserva legal (Nota 21b)			15.520		(15.520)	**–**
Juros sobre Capital Próprio (imputados aos dividendos) (Nota 21b)	–	–	–	–	(73.721)	**(73.721)**
Juros sobre Capital Próprio (Nota 21b)				–	(70.779)	**(70.779)**
Reserva de retenção de lucros (Nota 21b)			–	150.385	(150.385)	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**556.799**	**195.988**	**40.339**	**308.654**	**–**	**1.101.780**
Lucro líquido do período	–	–	–	–	335.485	**335.485**
Dividendos intermediários distribuídos (Nota 21b)	–	–	–	(308.654)	(77.346)	**(386.000)**
Juros sobre Capital Próprio (imputados aos dividendos) (Nota 21b)	–	–	–	–	(6.525)	(6.525)
Juros sobre Capital Próprio (Nota 21b)	–	–	–	–	(63.875)	(63.875)
Reserva de retenção de lucros (Nota 21b)	–	–	–	187.739	(187.739)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**556.799**	**195.988**	**40.339**	**187.739**	**–**	**980.866**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	22	1.371.224	1.336.565
Custo dos serviços prestados	23	(537.149)	(600.583)
Lucro bruto		**834.075**	**735.982**
Despesas/(receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	23	(51.578)	(37.176)
Perdas de créditos esperadas	8	(154)	
Outras receitas (despesas), líquidas	25	4.161	7.824
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		**786.504**	**706.630**
Receitas financeiras	24	78.202	65.815
Despesas financeiras	24	(399.052))	(382.727)
Resultado financeiro, líquido		**(320.850)**	**(316.912)**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**465.654**	**389.718**
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(99.519)	(53.007)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	(30.650)	(26.306)
Lucro líquido do exercício		**335.485**	**310.405**
Lucro básico e diluído por lote de mil ações no fim do período (R$)	29	**602,52**	**557,48**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**335.485**	**310.405**
Resultado abrangente do exercício	**335.485**	**310.405**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	**1.483.631**	**1.437.866**
Receita de serviços	1.333.302	1.208.294
Receita de construção ICPC 01-R1	150.175	229.572
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	154	–
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços vendidos	(65.190)	(53.960)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(83.798)	(90.495)
Custo de construção ICPC 01-R1	(148.673)	(227.276)
Valor adicionado bruto	**1.185.969**	**1.066.135**
Depreciação e amortização	(224.150)	(206.816)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**961.818**	**859.319**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	78.202	65.815
Outros	4.259	7.871
Valor adicionado total a distribuir	**1.044.280**	**933.005**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**53.433**	**49.873**
Remuneração direta	41.608	39.538
Benefícios	9.203	7.461
FGTS	2.622	2.874
Impostos, taxas e contribuições	**251.913**	**188.633**
Federais	185.577	129.137
Estaduais	184	131
Municipais	66.152	59.365
Remuneração de capitais de terceiros	**403.450**	**384.094**
Juros	398.924	382.712
Aluguéis	1.333	136
Outros	3.193	1.246
Remuneração de capitais próprios	**335.485**	**310.405**
Juros sobre Capital Próprio	70.400	144.500
Dividendos	77.346	
Lucros retidos	187.739	165.905
Valor adicionado distribuído	**1.044.281**	**933.005**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**465.654**	**389.718**
Ajustes			
Depreciação e amortização	23	224.151	206.816
Provisão de conserva especial	23	47.889	51.730
Provisão para contingências	19	9.952	3.166
Margem de construção – ICPC 01	22 e 23	(1.502)	(2.296)
Receita diferida		814	338
Baixa liquida de arrendamento – CPC 06 (R2)		(2.647)	194
Perdas de créditos esperados	8	154	–
Perda de arrecadação		51	6.222
Capitalização de custo de empréstimos	24	(12.263)	(43.715)
Juros e variações monetárias, líquidas		356.687	390.624
		1.088.940	**1.002.797**
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	8	(7.091)	(7.512)
Tributos a recuperar		1.563	(21.564)
Despesas antecipadas		(104)	1.644
Outros ativos		(702)	12.681
Depósitos judiciais		(469)	(612)
Fornecedores		(2.566)	(26.070)
Obrigações sociais e trabalhistas	17	70	(265)
Obrigações tributárias	18	(6.408)	(2.074)
Realização de pagamentos de provisão para conserva especial		(45.883)	(93.273)
Contas a pagar		92	(1.541)
Caixa gerado nas operações		**1.027.442**	**864.211**
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(84.116)	(63.617)
Juros pagos de empréstimos e debêntures		(424.255)	(236.305)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais		**519.071**	**564.289**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		–	48.248
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Pagamentos)		(2.050)	(130)
Adições ao intangível (Pagamentos)		(126.248)	(330.013)
Caixa liquido consumido nas atividades de investimentos		**(128.298)**	**(281.895)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos			
Captação de empréstimos e debêntures		50.000	50.000
Pagamentos de empréstimos e debêntures	14 (e)	(362.841)	(126.199)
Aplicações financeiras – Reserva Debêntures		399.617	(77.516)
Passivo de arrendamento	15	(23.839)	(23.110)
Pagamento de custos de transação	14 (c)	(8.588)	–
Pagamentos de juros sobre capital próprio	16 (a)	(122.714)	(34.813)
Pagamento de dividendos	16 (a)	(386.000)	(95.000)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		**(454.365)**	**(306.638)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(63.592)**	**(24.244)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		204.579	228.823
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		140.987	204.579
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(63.592)**	**(24.244)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009, e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos. A Concessionária possui sete Termos Aditivos Modificativos ("TAM") com a ARTESP, sendo: • (1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B; • (2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009; • (3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto ("PaP") na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local onde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto; • (4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220; • (5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão; • (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão; e • (7º) firmado em agosto de 2023, teve como objetivo estabelecer a compensação de passivos e ativos regulatórios, disciplinar a duplicação de 1,8 km na SP-063 (trecho do DER) às expensas da Concessionária e prever a intenção de incluir no escopo do Contrato o investimento necessário para implantação de um novo dispositivo na Rodovia SP-063. Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária. Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400. O registro foi deferido em 30 de junho de 2010. O pedido de registro de Companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro. Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("RDB FIP"), fundo de investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC ("Farallon") e Mubadala Investment Company ("Mubadala"). No quarto trimestre de 2020, os cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente, pelos fundos geridos pela Farallon. Não obstante, cumpre salientar que Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades que investem no RDB FIP e que tal operação, no âmbito dos investidores do RDB FIP, não teve como efeito a alienação do controle indireto da Companhia. Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Companhia à Rodovias do Brasil Holding S.A. ("RBH"), sociedade controlada pelo RDB FIP. Desta forma, a RBH, passou a ser acionista direta da Companhia, passando a deter o equivalente a 85% de seu capital social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Companhia, sendo certo, contudo, que, uma vez que a RBH é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Companhia. Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Companhia, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da Companhia, de forma que não se aplica o previsto no artigo nº 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). Em 26 de março de 2025 ocorreu a liquidação do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Desta forma, a OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.), passou a ser acionista direta na Companhia, com 15% de seu capital social. **Capital circulante líquido:** A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2025 o passivo circulante supera o ativo circulante em R$ 26.128 (Em 31 de dezembro de 2024 o capital circulante líquido era negativo, tendo o passivo circulante superado o ativo circulante em R$ 262.256).

2. Apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro ((IFRS Accounting Standards)), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), além da legislação societária brasileira. A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de março de 2026. **2.2. Base de preparação:** Estas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são materiais para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas Notas Explicativas no 3.2 e 3.3. **2.3. Descrição das principais políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **b) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras encontram-se registradas ao valor justo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitadas ao seu valor de realização. **c) Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (equivalente ao IFRS 9) estabelece princípios e requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros, além de alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros, quando estes se equiparam a instrumentos financeiros, que devem ser tratados contabilmente como instrumentos financeiros, conforme definido nos itens 2.4 a 2.6 da norma. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir: (a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; (b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinação de negócios. **(ii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Impairment de ativos financeiros:** Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge. **d) Contas a receber:** As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de cada dívida, com base no método de custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. **f) Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar e licenças de software, avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e da licença do software. **g) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente é o montante a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às alíquotas vigentes na data de apuração fiscal e encerramento do exercício. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados e reconhecidos com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

DATA MERCANTIL

Edição Digital • Ano 6 • São Paulo, 10 de Março de 2026

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes, que atualmente são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social (Nota Explicativa nº 9). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **h) Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **i) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 12 (a), limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos, bem como, quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado também são reconhecidos no resultado. Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Companhia e o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Os demais gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos. **j) Ativos intangíveis: (i) Infraestrutura:** Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **(ii) Software:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, de acordo com as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 11. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa incorridas do exercício. **(iii) Direito de outorga:** Os gastos para exploração e desenvolvimento da concessão (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda. O direito de explorar a concessão foi reconhecido na Rubrica "Direito de outorga da concessão", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 11). O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão. **k) Provisões: (i) Provisão para manutenção:** A Companhia reconheceu uma provisão para conserva especial, decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes. **(ii) Provisão para demandas judiciais:** As provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e regulatórias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota Explicativa nº 19). **l) Fornecedores:** As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13). **m) Credor pela aquisição da concessão:** Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente. **n) Debêntures e empréstimos:** Os recursos financeiros tomados através de emissão de debêntures e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva. **o) Demais passivos circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **p) Receitas de contratos com clientes: (i) Receita de serviço:** A Companhia adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. A Companhia reconhece a receita quando: identifica os contratos com os clientes; identifica as diferentes obrigações do contrato; determina o preço da transação; aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e satisfaz todas as obrigações de desempenho. As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **(ii) Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 (IFRS 15)/ICPC 01 (R1) e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota Explicativa nº 11), onde a Companhia estima que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%. **q) Benefícios a empregados: (i) Obrigações de aposentadoria:** Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede aos seus integrantes a opção de adesão ao plano de previdência complementar, firmando junto à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("MetLife"). O plano de previdência complementar da Companhia, administrado pela MetLife proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contrapartidas mensais da patrocinadora. As contribuições da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram de R$ 482 e R$ 451, respectivamente. O risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou junto à MetLife não ser aplicável o tratamento de plano de benefício definido, conforme CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a empregados. **(ii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia possui provisão no montante de R$ 5.540 e R$ 6.128, respectivamente. **r) Ajuste a Valor Presente (AVP):** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **s) Arrendamento e Direito de uso:** O CPC 06 (R2), alinhado com o IFRS 16, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Concessionária avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos, mensurados à valor presente com base nos pagamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. O cálculo do valor presente dos ativos de direto de uso e dos passivos de arrendamentos é realizado com base na taxa média de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada. **t) Ativo de Contrato:** O Ativo de Contrato é caracterizado pelas obras durante a fase de construção, sendo transferidas para o ativo intangível após sua conclusão. Enquanto "obras em andamento", a Companhia estima o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, sendo equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%, conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. **u) Depósitos Judiciais:** Em alinhamento com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, são valores depositados em juízo para garantir obrigações ou discutir litígios judiciais, reconhecidos no ativo por determinação judicial ou voluntariamente, quando considerados passíveis de recuperação e sejam devidamente controlados pela Companhia. São mensurados inicialmente pelo valor efetivamente depositado e corrigidos periodicamente por atualização monetária, tendo suas contrapartidas reconhecidas no resultado, em contas de receita ou despesa financeira. **v) Dividendos e JSCP:** Em observância a Lei nº 6.404/76 e ao Estatuto Social, a Companhia adota a prática de distribuição de dividendos com base no lucro líquido apurado no exercício, observado o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após constituição da reserva legal. Os dividendos são propostos pela Administração e após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, são pagos de acordo com os prazos deliberados. Além dos dividendos, a Companhia pode distribuir Juros sobre o Capital Próprio, podendo inclusive, imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios. O montante distribuído nesta natureza está sujeito a retenção de imposto de renda na fonte e deve ser definido com base da disponibilidade de lucros e reservas, sendo limitado a aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido da Companhia, conforme Lei nº 9.249/95. **2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia analisou as normas, interpretações e alterações às normas contábeis emitidas, revisadas e aplicadas pela primeira vez no exercício e concluiu que não são aplicáveis às suas operações, não havendo quaisquer impactos nas demonstrações financeiras, alteração nas políticas contábeis, ou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. **2.5. Novas normas contábeis, revisões e interpretações ainda não efetivas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – ORA (*Other Comprehensive Income* – OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. **b) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 – Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Entre outras, essas mudanças incluem, especialmente, nova categorização e subtotais na demonstração do resultado, novos requisitos para agregação/desagregação e rotulagem de informações, bem como a exigência da divulgação de medidas de desempenho (MEP) definidas pela administração. Prevê também a alteração do ponto de partida para determinação do fluxo de caixa das operações pelo método indireto. A norma efetiva correlata foi emitida no Brasil em 07 de janeiro de 2026 por meio do CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis em substituição do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva para efeito de comparabilidade. **c) Reforma Tributária Brasileira:** Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime. Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, as entidades devem monitorar os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras e divulgar nas notas explicativas as principais incertezas e julgamentos envolvidos. Neste sentido, o artigo 373 da mesma Lei trata da regulamentação dos ajustes para contratos firmados antes da sua vigência, especificamente sobre os instrumentos para reequilíbrio econômico-financeiro de contratos afetados pela Reforma Tributária, permitindo ajustes provisórios para mitigar impactos antes da decisão final e estabelecendo diretrizes para que entes federativos regulamentem esses procedimentos. Em dezembro de 2025 foi promulgada a Lei 15.270, que estabeleceu a retenção na fonte de 10 % de IRRF sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, quando o total recebido de uma mesma pessoa jurídica no mesmo mês exceder a R$ 50 mil. Até então, essas distribuições de dividendos eram isentas. A exigência entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026. **2.6. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **2.7. Informações por segmento:** A Administração da Companhia, na qualidade de principal tomador de decisões operacionais para fins do CPC 22 – Informações por Segmento, avaliou os requisitos do pronunciamento e concluiu que atua em um único segmento operacional, o qual consiste na exploração de concessão pública de infraestrutura de transporte rodoviário. A área geográfica de concessão explorada pela Companhia se localiza dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias. As demais receitas não representam mais de dez por cento das receitas totais da Companhia.

3. Gestão de risco financeiro – a. Considerações gerais: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **b. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar que as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa sejam suficientes para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Valor Contábil	Fluxo Financeiro (i)	Menos de um Ano (i)	Entre um e dois Anos (i)	Entre dois e cinco Anos (i)	Acima de cinco Anos (i)
Saldos em 31 de dezembro de 2025						
Fornecedores e outras obrigações (ii)	59.127	59.127	51.992	7.135	–	–
Juros sobre o capital próprio	28.390	28.390	28.390	–	–	–
Passivo de arrendamento	48.076	48.076	18.560	28.866	145	505
Debêntures	2.727.906	4.516.744	229.985	224.828	1.710.235	2.351.696
Empréstimos	50.934	62.905	7.062	55.842	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores e outras obrigações (ii)	50.872	50.872	38.648	12.224	–	–
Debêntures	3.083.952	5.021.588	832.081	419.524	1.300.659	2.469.324
Empréstimos	51.063	57.844	57.844	–	–	–

(i) Os valores aqui apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados, que não serão necessariamente conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e empréstimos; (ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não consideram as obrigações decorrentes de legislação.

d. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: A Companhia, em observação ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros (IFRS 7), apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2025, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador dos instrumentos financeiros ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2025 e com base nas projeções do CDI e IPCA, extraídos do Relatório Focus do BCB em 09 de janeiro de 2026, foi definido o cenário provável. O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses e patrimônio líquido, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2025.

			Cenário Provável	
Instrumento	**Índice**	**Saldo em 31/12/2025**	**Taxa**	**Despesa a incorrer**
Passivo				
Empréstimos	CDI	(51.290)	12,15%	(6.232)
Debêntures	CDI	(636.709)	12,15%	(77.360)
Exposição líquida – CDI		**(687.999)**		**(83.592)**
Passivo				
Debêntures	IPCA	(2.318.914)	4,05%	(93.916)
Exposição líquida – IPCA		**(2.318.914)**		**(93.916)**
Despesas totais líquidas a incorrer				**(177.508)**

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores relacionados. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia previamente aprovadas pela Diretoria. A análise apresentada tem por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente as estimativas e premissas utilizadas nos cálculos, no entanto, a liquidação de transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados a um ativo-objeto durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **e. Exposição aos riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar esses riscos, a Companhia mantém contas e aplicações em instituições consideradas de primeira linha pela Administração, além de realizar o acompanhamento contínuo das posições em aberto. Não obstante, as receitas de pedágio se dão de forma pulverizada, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para as receitas acessórias, a Companhia adota medidas de controle que incluem a possibilidade de interromper a prestação de serviços em caso de inadimplência. **f. Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização. **g. Debêntures e empréstimos:** As debêntures e os empréstimos, classificados entre passivos circulantes e não circulantes, são mensurados contabilmente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O valor justo dos passivos financeiros foi estimado com base em informações de mercado observáveis, utilizando metodologias apropriadas para cada instrumento financeiro. Os valores contábeis e justos desses passivos estão demonstrados na nota explicativa nº 4. **3.1. Gestão de capital:** A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures e empréstimos (incluindo os valores de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de endividamento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim sumarizados:

	31/12/2025	31/12/2024
Total das debêntures e empréstimos (Nota nº 14)	**2.778.840**	**3.135.015**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	(140.987)	(204.579)
Aplicações Financeiras (Nota nº 7)	–	(368.067)
Dívida líquida	**2.637.853**	**2.562.369**
Total do patrimônio líquido	**980.866**	**1.101.780**
Total do capital próprio e de terceiros	**3.618.719**	**3.664.150**
Índice de alavancagem financeira	**73%**	**70%**

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, além de outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados realizados. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados: **a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros:** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo não financeiro ou um grupo de ativos não financeiros está deteriorado e se os prejuízos de *impairment* podem ser estimados de maneira confiável, para que então sejam incorridos como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e este evento de perda tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras. A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **c) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **d) Reconhecimento de receita de construção:** Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1). **e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **3.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos pelo valor contábil, líquidos de perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. Para fins de divulgação, o valor justo das debêntures foi calculado com base em informações de mercado disponíveis, por meio da marcação a mercado (*mark-to-market*), conforme curvas de referência divulgadas pela ANBIMA.

4. Instrumentos financeiros por categoria – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros que são mensurados e registrados pelo custo amortizado. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025:

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	–	–	140.987	204.579
Aplicações financeiras (Nota nº 7)	–	368.067	–	–
Contas a receber (Nota nº 8)	–	–	92.616	85.525
	–	**368.067**	**233.603**	**290.104**
Passivos				
Debêntures (Nota nº 14) (i)	–	–	2.727.906	3.083.952
Empréstimos (Nota nº 14) (i)(ii)	–	–	50.934	51.063
Fornecedores (Nota nº 13)	–	–	54.159	46.084
Juros sobre capital próprio (Nota nº 16)	–	–	28.390	91.264
Outros passivos	–	–	4.968	4.788
	–	**–**	**2.866.357**	**3.277.151**

(i) Valor líquido do custo de transação. (ii) Nota comercial vigente sem histórico de negociação no mercado secundário.

Caso fosse adotado o critério de reconhecer as debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados se dariam conforme abaixo:

	Nível	Valor Justo		Valor Contábil	
		31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Passivos					
Debêntures (Nota nº 14) **(i)**	Nível 2	2.525.833	2.843.907	2.727.906	3.083.952
		2.576.767	**2.894.969**	**2.778.840**	**3.135.014**

Conforme definido pelo CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do Valor Justo, as mensurações de valor justo dos instrumentos financeiros divulgados pela Companhia são classificadas no Nível 2, por se basearem em dados observáveis de mercado. A comparação entre os *spreads* contratuais e de mercado (ANBIMA) indica que o efeito de marcação a mercado não é expressivo, resultando em valores justos próximos dos valores contábeis.

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros – A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* podem ser avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	90.204	82.971
Receitas acessórias	2.412	2.554
Total de contas a receber	**92.616**	**85.525**
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Bancos conta movimento	1.607	18.984
Aplicações de liquidez imediata	137.984	183.617
Aplicação financeira	–	368.067
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**139.591**	**570.668**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

	31/12/2025	31/12/2024
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito	621	1.254
Fundo de troco	770	719
	1.396	**1.978**
	140.987	**572.646**

A Companhia está sujeita à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avalição das instituições financeiras é realizada com base na análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025:

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA(bra)	AAA.br	BB[1]
Banco BTG Pactual S.A.	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Santander S.A.	–	Aaa.br	brAAA
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco XP S.A.	AAA(bra)	–	brAAA

[1] Rating global

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2025	31/12/2024
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito **(i)**	621	1.254
Fundo de troco	770	719
Bancos conta movimento	1.607	18.984
Aplicações financeiras **(ii)**	137.984	183.617
	140.987	**204.579**

(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente. **(ii)** Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 99,5% e 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) para o período findo em 31 de dezembro de 2025, e entre 100% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) para 2024. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas **(i)**	–	368.067
Total de Aplicações financeiras vinculadas	**–**	**368.067**

(i) A aplicação financeira vinculada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2ª Emissão das Debêntures CBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia deveria depositar parcelas mensais que fossem necessárias para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento das Debêntures ODTR11 compreendesse o montante mínimo suficiente para sua quitação integral, incluindo o valor nominal unitário, remuneração, eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODTR11. A remuneração média do período da aplicação financeira foi de 96% do CDI. O saldo das aplicações financeiras foi utilizado para quitação das Debêntures da ODTR11 em 15 de outubro de 2025.

8. Contas a receber	31/12/2025	31/12/2024
Automatic Vehicle Identification ("AVI") **(i)**	86.126	78.307
Receitas acessórias (ii)	2.412	2.554
Cartões de crédito e débito	2.663	2.018
Valor a receber do Poder Concedente	1.336	2.576
Outros	79	70
	92.616	**85.525**

(i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico. **(ii)** Em 2025, a Companhia procedeu à baixa de valores registrados no contas a receber de receitas acessórias, no valor de R$ 154, reconhecida no resultado do exercício, em razão da inexistência de expectativa de recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa das contas a receber. O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos a vencer	91.763	82.118
Créditos vencidos em até 60 dias	584	1.164
Créditos vencidos entre 61 e 90 dias	269	301
Créditos vencidos entre 91 e 180 dias	–	845
Créditos vencidos há mais de 181 dias	–	1.097
	92.616	**85.525**

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como a seguir:

	31/12/2025	Movimentação no Resultado	31/12/2024
Ativo não circulante			
Prejuízo fiscal e base negativa	165.792	(43.079)	208.871
Provisão para contingências	14.735	3.384	11.351
Outras Provisões	968	581	387
Provisão para conserva especial	14.378	4.986	9.392
Participação nos lucros e resultados	1.884	(200)	2.084
Direito de Uso (CPC 06/ IFRS 16)	15.558	(1.645)	17.203
Resultado diferido (CPC 47/IFRS 15)	1.274	263	1.011
	214.589	**(35.711)**	**250.299**
Passivo não circulante			
Amortização da outorga (curva demanda)	60.672	(317)	60.989
Margem de construção	9.531	(350)	9.881
Encargos financeiros	–	(194)	194
Juros e encargos capitalizados	70.410	522	69.888
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº 12.973)	38.459	(2.885)	41.344
Passivo de Arrendamento (CPC 06/IFRS 16)	16.346	(1.836)	18.182
	195.418	**(5.061)**	**200.478**
Tributos diferidos líquidos			
Tributos diferidos ativos	214.589	(35.711)	250.299
Tributos diferidos passivos	(195.418)	5.061	(200.478)
	19.171	**(30.650)**	**49.821**

A variação líquida dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2024 totalizou uma redução de R$ 33.233, conforme Nota Explicativa nº 26. Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Depósitos judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**756**	**4.066**	**105.395**	**790**	**111.007**
Adições	27	289	372	–	**688**
Baixas	(206)	–	–	–	**(206)**
Atualização monetária	48	170	9.793	32	**10.043**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**625**	**4.525**	**115.560**	**822**	**121.532**

(i) Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Companhia manteve até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve movimentação relevante para esse processo.

11. Intangível e Ativo de Contrato – A movimentação do intangível e obras em andamento está demonstrada a seguir:

Custo do intangível e ativo de contrato	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de Uso (c)	Softwares (d)	Total do intangível	Adiantamento/ Estoque de Obras (e)	Ativo de Contrato (f)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.892.358**	**1.337.239**	**96.701**	**6.140**	**5.332.438**	**1.924**	**89.883**	**5.424.245**
Adições/reversão	3.318	–	50.194	218	**53.730**	11.873	146.857	**212.460**
Transferências/reclassificações	58.806	–	–	–	**58.806**	–	(58.806)	**–**
Baixas (g)	(477.016)	–	(90.249)	(2.213)	**(569.479)**	(4.976)	–	**(574.455)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**3.477.466**	**1.337.239**	**56.646**	**4.145**	**4.875.496**	**8.821**	**177.934**	**5.062.251**
Amortização acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(1.173.426)**	**(520.412)**	**(46.103)**	**(5.187)**	**(1.745.128)**	**–**	**–**	**(1.745.128)**
Amortizações	(155.721)	(45.665)	(21.365)	(639)	**(223.389)**	–	–	**(223.380)**
Transferências/reclassificações	9	–	–	–	**9**	–	–	**–**
Baixas (g)	477.016	–	56.580	2.214	**535.810**	–	–	**535.810**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(852.122)**	**(566.077)**	**(10.887)**	**(3.612)**	**(1.432.698)**	**–**	**–**	**(1.432.698)**
Intangível e ativo de contrato líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.718.932**	**816.827**	**50.598**	**953**	**3.587.310**	**1.924**	**89.883**	**3.679.117**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.625.344**	**771.162**	**45.759**	**533**	**3.442.798**	**8.821**	**177.934**	**3.629.553**
Taxa de Amortização	**(a)**	**(b)**	**(c)**	**20%**	**–**	**–**	**–**	**–**

Custo do intangível e ativo de contrato	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de Uso (c)	Softwares (d)	Total do intangível	Adiantamento/ Estoque de Obras (e)	Ativo de Contrato (f)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.475.576**	**1.337.238**	**40.218**	**6.060**	**4.859.092**	**8.497**	**279.023**	**5.146.612**
Adições/reversão	9.135	–	56.484	80	65.699	891	220.437	287.027
Transferências/reclassificações	409.577	–	–	–	409.577	–	(409.577)	–
Baixas (g)	(1.929)	–	–	–	(1.929)	(7.465)	–	(9.394)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.892.359**	**1.337.238**	**96.702**	**6.140**	**5.332.439**	**1.924**	**89.883**	**5.424.245**
Amortização acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(1.036.533)**	**(475.908)**	**(24.237)**	**(4.321)**	**(1.540.999)**	**–**	**–**	**(1.540.999)**
Amortizações	(138.822)	(44.503)	(21.867)	(866)	(206.058)	–	–	(206.058)
Baixas (g)	1.929	**–**	**–**	**–**	1.929	–	–	1.929
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(1.173.426)**	**(520.411)**	**(46.104)**	**(5.187)**	**(1.745.128)**	–	**–**	**(1.745.128)**
Intangível e ativo de contrato líquido						–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.439.043**	**861.330**	**15.981**	**1.739**	**3.318.093**	**8.497**	**287.520**	**3.605.613**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.718.932**	**816.827**	**50.598**	**953**	**3.587.310**	**1.924**	**91.807**	**3.679.116**
Taxa de Amortização	**(a)**	**(b)**	**(c)**	**20%**	**–**	**–**	**–**	**–**

(a) Intangível – Infraestrutura: O Intangível refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas macroeconômicas. Para veículos e equipamentos operacionais, a amortização é realizada de forma linear conforme vida útil estimada pela agência reguladora (ARTESP). Nesta rubrica estão contemplados custos destinados a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como, recuperação inicial da pavimentação, desapropriações, duplicações, dispositivos de segurança, implantação de faixas adicionais e vias marginais, obras de artes especiais, equipamentos, sistema de arrecadação de pedágio e ampliações, além de capitalização de custos com empréstimos. As adições do período referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1) e OCPC 05, o montante do custo está majorado pela margem de construção, que foi estimada em 1%. (b) Direito de outorga da concessão: Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão. O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato. (c) Direito de uso: O direito de uso corresponde a alteração exigida pelo CPC 06(R2)/ IFRS 16, a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacionais. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Nesta rubrica estão contemplados os contratos de arrendamentos de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram registrados no resultado do período contratos de passivo de arrendamento de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento nos montantes de R$ 1.329 e R$ 132, respectivamente. (d) Softwares adquiridos de terceiros: Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pela vida útil (5 anos), alocados no resultado do período. (e) Adiantamento de Fornecedores e Estoque de Obras; (f) Ativo de Contrato: A Infraestrutura em construção (ativo de contrato) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo IFRS 15/ CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção (obras em andamento), registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras. (g) Baixa de custo e amortização acumulada de ativos totalmente depreciados, alémque não apresentavam expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, bem como consumo de material dematerriais provenientes do estoque de obras e compensações relacionadas a adiantamentos a fornecedores.

12. Imobilizado

Custo do imobilizado	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10**	**470**	**52**	**4.295**	**4.827**
Adições	5	–	–	1.285	**1.290**
Baixas	–	–	–	(1.243)	**(1.243)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**15**	**470**	**52**	**4.337**	**4.874**

	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(6)**	**(157)**	**(11)**	**(2.913)**	**(3.087)**
Depreciação	(1)	(94)	(5)	(669)	**(770)**
Baixas	–	–	–	1.242	**1.242**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(7)**	**(251)**	**(16)**	**(2.340)**	**(2.615)**
Imobilizado líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4**	**313**	**41**	**1.382**	**1.740**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**8**	**219**	**36**	**1.996**	**2.258**
Taxa de depreciação – a.a.	10	20	10	20	

Custo do imobilizado	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10**	**470**	**52**	**4.169**	**4.700**
Adições	–	–	–	127	**127**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10**	**470**	**52**	**4.295**	**4.827**
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(5)**	**(63)**	**(6)**	**(2.255)**	**(2.329)**
Depreciação	(1)	(94)	(5)	(658)	**(758)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(6)**	**(157)**	**(11)**	**(2.913)**	**(3.087)**
Imobilizado líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5**	**407**	**46**	**1.914**	**2.371**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4**	**313**	**41**	**1.382**	**1.740**
Taxa de depreciação – a.a.	10	20	10	20	

13. Fornecedores	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	54.159	46.084
	54.159	**46.084**
Passivo circulante	47.024	33.860
Passivo não circulante	7.135	12.224

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos mantidos com diversos fornecedores responsáveis pela prestação de serviços e pelo fornecimento de materiais necessários à continuidade e operacionalização dos negócios da Companhia.

14. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024
1ª Emissão Debêntures ODTR11 **(a)**	R$	IPCA + 6,70%	–	376.734
2ª Emissão Debêntures CBAN **(a)**	R$	IPCA + 5,0%/IPCA + 5,2%/CDI + 2,0%	2.955.624	2.969.610
Empréstimos **(d)**	R$	CDI + 0,70%	51.290	51.063
Custos a amortizar **(b)**	R$		(228.074)	(262.392)
			2.778.840	**3.135.015**
(-) Passivo circulante				
Debêntures			107.773	712.897
Empréstimos			1.290	51.063
			109.063	**763.960**
Passivo não circulante				
Debêntures			2.620.133	2.371.055
Empréstimos			49.644	**–**
			2.669.777	**2.371.055**
			2.778.840	**3.135.015**

(a) Debêntures: Em 27 de maio de 2019, através do terceiro aditamento da escritura das Debêntures simples ODTR11, consignou a Companhia todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Companhia, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11. Em contrapartida a dívida que era oriunda do Contrato de Mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitado. Em 15 de novembro de 2019, a Companhia realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries. Conforme obrigação escritural da Debênture CBAN 2ª emissão, a Companhia deve realizar pagamentos semestrais e consecutivos de juros remuneratórios, até o prazo de liquidação. Em janeiro de 2025 a Companhia liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R$ 210.062, sendo R$ 109.083 de principal e R$ 100.979 de remunerações. Em 29 de abril de 2025, mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou a realização de Assembleia Geral de Debenturistas, para reperfilamento da curva de amortização das debêntures CBAN 2ª série, além da alteração da data de vencimento de 15 de julho de 2027 para 15 de julho de 2032. Em 15 de julho de 2025, a Companhia liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R$ 107.007, sendo R$ 6.309 de principal e R$ 100.698 de remunerações. Em 15 de outubro de 2025, a Companhia liquidou integralmente as Debêntures ODTR11, com a quitação do saldo devedor no montante de R$ 412.303, sendo R$ 197.450 de principal e R$ 214.853 referente a juros e atualizações monetárias. A composição da operação da escrituração das debêntures em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31/12/2025	31/12/2024
Novembro-13	ODTR 1ª série	300.000	outubro-25	IPCA + 6,70%	–	376.734
Dezembro-19	CBAN 1ª série	859.479	até julho-34	IPCA + 5,0%	1.355.402	1.301.841
Dezembro-19	CBAN 2ª série	700.000	até julho-32[1]	CDI + 2,0%	636.709	742.339
Dezembro-19	CBAN 3ª série	240.771	até julho-34	IPCA + 5,2%	381.554	366.473
Dezembro-19	CBAN 5ª série	199.750	até julho-34	IPCA + 5,2%	316.547	304.036
Dezembro-19	CBAN 7ª série	167.482	até julho-34	IPCA + 5,2%	265.412	254.921
					2.955.624	**3.346.344**

[1] Vencimento postergado pelo reperfilamento ocorrido em 29 de abril de 2025, conforme detalhado em nota acima.

Em 31/12/2024 o vencimento era 15 julho de 2027. O valor nominal unitário atualizado das Debêntures CBAN da 2ª emissão é amortizado semestralmente, juntamente com a remuneração, com início em 15 de julho de 2022 e o pagamento dos juros da ODTR11 é realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, foi realizado em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de amortização da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries CBAN	(i)	Datas de amortização da 2ª série CBAN	(ii)	Datas de amortização da 1ª série ODTR11	(iii)
Jul/22	0,25%	Jul/22	1,00%	Out/25	100,00%
Jan/23	0,13%	Jan/23	0,50%	–	–
Jul/23	0,13%	Jul/23	0,50%	–	–
Jan/24	0,13%	Jan/24	4,50%	–	–
Jul/24	0,13%	Jul/24	4,50%	–	–
Jan/25	0,13%	Jan/25	13,50%	–	–
Jul/25	0,13%	Jul/25	0,50%	–	–
Jan/26	0,25%	Jan/26	0,50%	–	–
Jul/26	0,25%	Jul/26	0,50%	–	–
Jan/27	0,25%	Jan/27	1,00%	–	–
Jul/27	0,25%	Jul/27	1,00%	–	–
Jan/28	6,00%	Jan/28	1,00%	–	–
Jul/28	6,00%	Jul/28	1,00%	–	–
Jan/29	6,50%	Jan/29	4,00%	–	–
Jul/29	6,50%	Jul/29	4,00%	–	–
Jan/30	6,75%	Jan/30	9,00%	–	–
Jul/30	6,75%	Jul/30	9,00%	–	–
Jan/31	6,75%	Jan/31	10,00%	–	–
Jul/31	6,75%	Jul/31	10,00%	–	–
Jan/32	6,75%	Jan/32	12,00%	–	–
Jul/32	6,75%	Jul/32	12,00%	–	–
Jan/33	7,00%	–	–	–	–
Jul/33	7,00%	–	–	–	–
Jan/34	9,25%	–	–	–	–
Jul/34	9,25%	–	–	–	–

(i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries a ser amortizado; **(ii)** Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 2ª série a ser amortizado; **(iii)** Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da 1ª série integralmente amortizado em outubro de 2025. **(b) Custo de captação de debêntures e empréstimos:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	Debêntures	Empréstimos	31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	**262.392**	**–**	**262.392**	**320.380**
Constituição Custo de Transação	8.200	388	8.588	–
(-) Amortizações	(42.874)	(32)	(42.906)	(57.988)
Saldo no final do exercício	**227.718**	**356**	**228.074**	**262.392**
Passivo circulante			11.178	24.360
Passivo não circulante			216.896	238.032

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures CBAN 1ª, 3ª, 5ª e 7ª Série	Debêntures CBAN 2ª Série	Empréstimos	Total
2026	11.038	140	–	11.178
2027	39.669	6.800	356	46.825
2028	37.232	6.598	–	43.830
2029	32.947	6.011	–	38.958
2030	27.989	4.649	–	32.638
2031 em diante	50.931	3.714	–	54.645
	199.806	**27.912**	**356**	**228.074**

(c) Prazo de vencimento: O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2027	148.775	(46.469)	102.306	261.266	(57.960)	203.306
2028	331.813	(43.830)	287.983	268.275	(48.996)	219.279
2029	373.415	(38.958)	334.457	263.162	(41.356)	221.806
2030	426.484	(32.638)	393.846	278.570	(34.982)	243.588
2031 em diante	1.556.186	(54.645)	1.501.541	1.537.814	(54.738)	1.483.076
	2.836.673	**(216.540)**	**2.620.133**	**2.609.087**	**(238.032)**	**2.371.055**

(d) Empréstimos: Em 28 de outubro de 2025, a Companhia realizou a 2ª emissão de Nota Comercial Escritural, em série única, em favor do Banco Bradesco S.A., no valor principal de R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com vigência e liquidação em 28 de outubro de 2027 à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 0,70% a.a., calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis (capitalizados) com base em um ano de 252 das úteis. Não há constituição de garantias. Nesta mesma data, a Companhia realizou o pagamento e liquidação da 1ª emissão da Nota Comercial Escritural, em favor do banco ABC Brasil S.A., no montante total de R$ 57.724, sendo R$ 50.000 de principal e R$ 7.724 de juros. **(e) Movimentação de empréstimos e debêntures**

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	**3.135.015**	**3.037.896**
Pagamento de principal de debêntures	(312.841)	(76.199)
Pagamento de principal de empréstimos	(50.000)	(50.000)
Juros e atualizações provisionados de debêntures	338.651	345.304
Juros de empréstimos	7.952	6.331
Juros e atualizações pagos de debêntures	(416.531)	(229.941)
Juros pagos de empréstimos	(7.724)	(6.364)
Empréstimos	50.000	50.000
Constituição Custo de Transação	8.588	–
Amortização do custo de transação debêntures	42.874	57.747
Amortização do custo de transação empréstimos	32	241
Saldos final do exercício	**2.778.840**	**3.135.015**

As despesas financeiras das debêntures incorridas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I são capitalizadas juntamente com os demais custos da infraestrutura, conforme Nota Explicativa nº 11. A taxa média de capitalização utilizada do período foi de 1,09%. A reconciliação entre a capitalização dos custos de empréstimos com as despesas financeiras, está demonstrada na Nota Explicativa nº 24. **(f) Garantias vigentes:** As garantias constituídas pela Companhia são: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e (ii) penhor das ações da Companhia. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva. **(g) Principais compromissos assumidos (*Covenants*):** As cláusulas restritivas estabelecidas na Escritura da 2ª Emissão de Debêntures CBAN referem-se a indicadores financeiros de ICSD e Dívida Líquida/EBITDA, que devem ser apurados semestralmente. A referida escritura não faz menção ou referência específica ao passivo

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

de arrendamento para fins de apuração desses indicadores. Em 31 de dezembro de 2025, foram apurados no período, 2,59x e 2,50x referente ao ISCD e Dívida Líquida/EBITDA, respectivamente. Os limites contratuais desses índices financeiros para o período são: • ICSD: maior ou igual a 1,20 (um inteiro e dois décimos); • Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 3,0 (três inteiros). O valor contábil do passivo relacionado a essa emissão é de R$ 2.955.624.

15. Passivo de arrendamento

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.458**	**50.860**	**1.158**	**53.476**
Adições	–	43.512	4.422	**47.934**
Revisão de Contratos	48	1.951	259	**2.258**
Baixas	(291)	(20.139)	(3.670)	**(24.100)**
Contratos encerrados	–	(36.215)	(98)	**(36.313)**
Apropriação de juros	90	4.559	172	**4.821**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.305**	**44.528**	**2.243**	**48.076**
Passivo circulante	504	17.190	866	18.559
Passivo não circulante	801	27.338	1.377	29.516

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual de 10,76% a.a.

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**323**	**12.327**	**3.226**	**15.876**
Adições	877	53.797	113	**54.787**
Revisão de Contratos	68	1.275	548	**1.891**
Baixas	(268)	(20.019)	(2.965)	**(23.252)**
Apropriação de juros	75	3.480	235	**3.790**
Desmobilização	384	–	–	**384**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.458**	**50.860**	**1.158**	**53.476**
Passivo circulante	580	20.206	460	21.246
Passivo não circulante	879	30.654	697	32.230

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros incremental de 10,60% a.a.

16. Partes relacionadas – a. Composição: As transações que influenciaram o resultado e os investimentos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Rodovias do Brasil	OTP Rodovias	Total
Juros sobre capital próprio			
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024	**75.574**	**15.690**	**91.264**
(-) Pagamento de JSCP em 21 de janeiro de 2025	(3.400)	(600)	(4.000)
(-) Pagamento de JSCP em 05 de maio de 2025	(72.174)	(15.090)	(87.264)
Aprovação de JSCP em AGE de 29 de setembro de 2025	26.733	4.718	31.450
(-) Pagamento de JSCP em 20 de outubro de 2025	(26.733)	(4.718)	(31.450)
Aprovação de JSCP em AGE de 23 de dezembro de 2025	24.132	4.258	28.390
Saldo a Pagar em 31 de dezembro de 2025	**24.132**	**4.258**	**28.390**

(i) Líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF) pela alíquota de 15%.

	Rodovias do Brasil	OTP Rodovias	Total
Dividendos			
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024	–	–	–
Aprovação de dividendos em AGE de 29 de abril de 2025	18.700	3.300	22.000
(-) Pagamento de dividendos em 05 de maio de 2025	(18.700)	(3.300)	(22.000)
Aprovação de dividendos em AGE de 29 de setembro de 2025	277.950	49.050	327.000
(-) Pagamento de dividendos em 20 de outubro de 2025	(192.950)	(34.050)	(227.000)
(-) Pagamento de dividendos em 23 de dezembro de 2025	(85.000)	(15.000)	(100.000)
Aprovação de dividendos em AGE de 23 de dezembro de 2025	31.450	5.550	37.000
(-) Pagamento de dividendos em 29 de dezembro de 2025	(31.450)	(5.550)	(37.000)
Saldo a Pagar em 31 de dezembro de 2025	–	–	–

b. Honorários da administração: A remuneração paga aos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalizaram os montantes de R$ 3.828 e R$ 2.858, respectivamente:

	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações	3.042	2.705
Benefícios (i)	178	166
Subtotal	**3.220**	**2.871**
Encargos	608	541
	3.828	**3.412**

(i) Os benefícios concedidos contemplam assistência médica, previdência privada, seguro de vida e vale alimentação/refeição.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Participação sobre os lucros e/ou resultados (i)	5.540	6.128
Outros benefícios	154	190
Encargos sociais e assistenciais	1.792	1.539
Provisão para férias e encargos	4.515	4.076
	12.002	**11.932**

(i) Refere-se à provisão de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atrelada as metas individuais e corporativas, apurada de acordo com desempenho individual e resultado da Companhia. O pagamento ocorre no exercício subsequente à aferição do resultado.

18. Obrigações tributárias	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações fiscais federais		
Impostos retidos na fonte	6.639	14.768
CSLL a recolher (i)	498	–
PIS a recolher	761	713
COFINS a recolher	3.551	3.358
	11.449	**18.839**
Obrigações fiscais municipais		
ISS retido na fonte	1.355	–
ISS a recolher	7.690	7.565
	9.045	**7.565**
Passivo circulante	**20.494**	**26.404**
Passivo não circulante	**1.858**	**1.484**

(i) No período de fevereiro a dezembro de 2025 a Companhia quitou o montante de R$ 99.117 a título de IRPJ e CSLL referente as antecipações por estimativa mensal. Em razão da apuração de ajuste anual, o valor devido destes impostos totalizou R$ 99.519, restando um saldo a recolher de R$ 498 de CSLL. Para o IRPJ, após compensação de impostos retidos, foi apurado um saldo negativo de R$ 96.

19. Provisão para demandas judiciais

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórios	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.247**	**14.910**	**307**	**15.921**	**33.385**
Constituição	1.352	9.168	24	11.445	**21.989**
Reversão	(1.984)	(6.600)	(331)	(3.122)	**(12.037)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.615**	**17.478**	**–**	**24.244**	**43.337**

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórios	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.415**	**12.962**	**286**	**14.556**	**30.219**
Constituição	2.232	8.327	21	3.580	**14.160**
Reversão	(2.400)	(6.379)	–	(2.215)	**(10.994)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.247**	**14.910**	**307**	**15.921**	**33.385**

A Companhia está envolvida em processos judiciais decorrentes da sua atividade operacional, incluindo ações trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias. As provisões são constituídas de acordo com a natureza e probabilidade de desfecho desfavorável e são revisadas periodicamente, com base em pareceres legais emitidos por advogados internos e externos, considerando novos fatos ou decisões que possam alterar a avaliação do risco. Os processos de natureza cível e regulatória possuem maior expressividade. **Processos cíveis:** De forma abrangente, os principais processos judiciais de natureza cível envolvem ações indenizatórias de discussões sobre acidentes ocorridos nos trechos sob administração da concessionária, ações civis públicas de aplicações de multas, além de cobrança de honorários advocatícios contratuais. **Processos regulatórios:** Nesta natureza, os principais processos tratam de discussões sobre reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em casos de perda, a Companhia fica responsável por pagar os honorários de sucumbência, além de ações anulatórias de sanções administrativas. Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia. **Processos com classificação de risco possíveis:** A Companhia também possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributárias, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos. O quadro abaixo apresenta os montantes para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme prevê o CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37):

	31/12/2025	31/12/2024
Contingências trabalhistas e previdenciárias	9.865	11.988
Reclamações cíveis	152.332	46.835
Contingências regulatórios	12.410	11.638
Contingências tributárias	67.901	67.511
	242.508	**137.972**

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a: **Processos cíveis:** Em 17 de outubro de 2024, a Companhia foi notificada pelo Núcleo de Fiscalização da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo. O órgão fiscalizador pretende atribuir à Companhia a obrigação de pagamento de sanção pecuniária, fundamentada na alegada ocupação irregular de área pertencente à União Federal. A acusação se baseia na realização indevida das obras do Anel Viário de Campinas, incluindo a construção de acessos marginais e a ampliação da Rodovia Dom Pedro I – Trevo dos Amarais, em uma área do imóvel da União, sem a devida formalização de autorização prévia ou regularização junto à SPU. A Companhia apresentou defesa administrativa tempestiva, fundamentada no fato das obras realizadas pela CRB no terreno da União terem ocorrido exclusivamente após obtenção das autorizações formais, em conformidade com as Portarias nº 14.851/2019 e nº 5.268/2020 publicadas pela SPU antes do início das obras, e portanto, acredita no arquivamento do processo. Existem outros processos judiciais de ações indenizatórias por acidentes fatais ou ainda choque contra objetos ou animais na pista, ação declaratória de restituição de garantias e discussão sobre faixa de domínio. **Processos tributários:** A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013 a 2017. A Companhia protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento. A Companhia apresenta depósitos judiciais conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10. A administração reforça que segue com o acompanhamento de seus assessores jurídicos internos e externos, para monitorar possíveis impactos da decisão do STF que pode anular "trânsito em julgado" de ações tributárias. Até o presente momento não existem impactos à CRB. **Processos regulatórios:** A Companhia está envolvida em ações judiciais no âmbito regulatório, que se referem, principalmente, a pleitos e/ou contestações junto ao órgão regulador (ARTESP). Com base na avaliação dos assessores jurídicos, essas ações são classificadas como possíveis. Caso haja decisões desfavoráveis, a Companhia poderá incorrer em custos relacionados aos honorários de sucumbência, para os quais existem incertezas relacionadas a mensuração. A Administração da Companhia monitora constantemente a evolução desses processos e adota as medidas cabíveis com o intuito de mitigar eventuais impactos financeiros.

20. Provisão de conserva especial

a. Composição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de conserva especial	42.289	27.623
	42.289	**27.623**
Passivo circulante	**27.933**	**–**
Passivo não circulante	**14.356**	**27.623**

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de conserva especial	27.623	11.205
	27.623	**11.205**

b. Movimentação	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	**27.623**	**11.205**
Constituição conserva especial, líquida de AVP	61.310	59.391
Baixa de conserva especial	(46.644)	(42.973)
Saldo final do exercício	**42.289**	**27.623**

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	**11.205**	**7.224**
Constituição conserva especial, líquida de AVP	59.391	79.044
Baixa de conserva especial	(42.973)	(75.063)
Saldos final do exercício	**27.623**	**11.205**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R$ 42.289 e em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R$ 27.623, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão é constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 10,76% a.a..

21. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

	Números de ações em unidades					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
Acionistas	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Rodovias do Brasil Holding S.A.	236.639.596	85	236.639.596	85	473.279.192	85
OTP Rodovias S.A.	41.759.929	15	41.759.929	15	83.519.858	15
	278.399.525	**100**	**278.399.525**	**100**	**556.799.050**	**100**

b. Destinação do resultado: (i) Reserva Legal: A reserva legal deve ser obrigatoriamente constituída ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de quaisquer outras destinações, e não pode exceder a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital. Conforme § 1º do Art. 193 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Art. 182 da mesma Lei, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando a previsão legal citada no parágrafo anterior, não será constituída reserva legal. **(ii) Dividendos:** A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	**335.485**	**310.405**
Constituição de reserva legal (5%) (i)	–	(15.520)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	**335.485**	**294.885**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (ii)	(83.871)	(73.721)
Total dividendos propostos pela Administração	**(83.871)**	**(73.721)**
Forma de Pagamento		
Dividendos intermediários pagos em 2025	(77.346)	–
Juros sobre o capital próprio (imputados aos dividendos) (iii)	(6.525)	(73.721)
Total de dividendos	**(83.871)**	**(73.721)**

	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre o capital próprio (iii)	(63.875)	(70.779)
Total	**(147.746)**	**(144.500)**
Reserva de retenção de lucros (iv)	**(187.739)**	**(150.385)**

Conforme disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da cota destinada a reserva legal. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado em assembleia geral. **(iii) Juros sobre o capital próprio:** O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, sobre o patrimônio líquido da sociedade. Conforme exigência legal, o valor definido deve ser limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social, o valor pago ou creditado pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio é líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF) pela alíquota de 15%, exceto para acionistas imunes ou isentos, podendo ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. Em 21 de janeiro de 2025 foi realizado o pagamento parcial dos juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 4.000, em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em AGE realizada em 20 de dezembro de 2024. Em 05 de maio de 2025 foi realizado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 87.264, em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2024, bem como de R$ 22.000 a título de dividendos, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2025. Em 20 de outubro de 2025 foi realizado o pagamento de dividendos no montante de R$ 227.000 e R$ 31.450 a título de juros sobre o capital próprio, líquido do Imposto de Renda retido na fonte (IRRF), em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2025, com aprovação da proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 37.000 e, R$ 327.000 a título de dividendos, totalizando R$ 364.000. Em 23 de dezembro de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de R$ 37.000 de dividendos, liquidado em 29 de dezembro de 2025, bem como o reconhecimento de R$ 33.400 a título de juros sobre o capital próprio, com pagamento previsto até o último dia útil de abril de 2026. Adicionalmente, também foi efetivado o pagamento de R$ 100.000 de dividendos, conforme saldo em aberto referente a proposta de distribuição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de setembro de 2025. **(iv) Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia constituiu reserva de retenção de lucros de R$ 187.739 do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo este o saldo excedente da destinação do resultado após a provisão de juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, conforme dispõe o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia-Geral poderá deliberar, mediante proposta dos órgãos da administração, a retenção de parcela do lucro líquido do exercício. **(v) Reserva de capital:** Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da ex-controladora indireta (Odebrecht Transport Participações S.A. – OTPP), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R$ 195.988 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais) foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio.

22. Receita líquida	31/12/2025	31/12/2024
Receitas em numerário	66.368	91.663
Receitas de AVI ("*Automatic Vehicle Identification*") (ii)	1.145.963	987.184
Receitas de vale pedágio (iii)	1.247	33.834
Receitas acessórias	23.787	21.264
Receitas com Cartão de Crédito e Débito (iv)	96.092	74.349
Receita de operação	**1.333.457**	**1.208.294**
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	150.175	229.572
Receita total	**1.483.632**	**1.437.866**
Tributos sobre serviços de operação	(112.408)	(101.301)
	1.371.224	**1.336.565**

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia reconheceu R$ 150.175 e R$ 229.572, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro; (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada; (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas. Conforme resolução da ANTT nº 6.024, de 3 de agosto de 2023 e do Ofício Circular SEI nº 5230/2024/GERET/SUROC/DIR-ANTT, os meios de pagamento de Vale Pedágio foram desabilitados a partir de 31 de janeiro de 2025, passando a ser realizados por utilização da tecnologia de detecção de tag, com liberação automática nas vias. (iv) Com o objetivo de promover maior eficiência operacional e comodidade aos usuários das rodovias, a Companhia adota o sistema de pagamento de pedágio por meio de cartões de crédito e débito com tecnologia de aproximação. A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

23. Custos e Despesas

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(224.151)	(206.816)
Salários e encargos	(63.629)	(58.548)
Gastos gerais	(14.573)	(14.258)
Manutenção de Softwares	(4.812)	(4.278)
Energia Elétrica	(2.122)	(2.274)
Provisão para demandas judiciais	(9.952)	(3.166)
Indenizações Cíveis	(1.684)	(3.214)
Serviços de terceiros	(32.729)	(28.689)
Seguros	(4.707)	(4.860)
Outorga variável	(20.026)	(18.247)
Provisão para conserva especial	(47.889)	(51.730)
Materiais e equipamentos	(13.933)	(14.403)
	(440.207)	**(410.483)**
Custo de construção ICPC 01-R1	(148.674)	(227.276)
	(588.881)	**(637.759)**
Classificação por função		
Custo dos serviços prestados	(537.149)	(600.583)
Despesas gerais e administrativas	(51.578)	(37.176)
Perdas de créditos esperadas	(154)	–
Total	**(588.881)**	**(637.759)**

24. Resultado financeiro, líquido	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	63.513	55.227
Atualização de depósitos judiciais	10.056	7.798
Outras receitas financeiras	4.633	2.790
	78.202	**65.815**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(7.951)	(6.331)
Juros sobre debêntures	(171.479)	(225.319)
Atualização monetária sobre debêntures	(167.172)	(119.985)
Custos de transação sobre debêntures	(42.800)	(57.747)
Custo de transação sobre empréstimos	(32)	(241)
Passivo de arrendamento	(4.821)	(3.795)
Comissões e despesas bancárias	(3.365)	(3.134)
Ajuste a valor presente	(13.421)	(7.661)
Outras despesas financeiras	(274)	(2.229)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	12.263	43.715
	(399.052)	**(382.727)**
Resultado financeiro, líquido	**(320.850)**	**(316.912)**

A seguir demonstramos a reconciliação de juros, atualizações monetárias e custo de transação, sobre debêntures, apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como a capitalização de juros no ativo de contrato e o resultado financeiro:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros e encargos sobre debêntures (Nota nº 14 (e))	(338.651)	(345.304)
Custos de transação sobre debêntures (Nota nº 14 (e))	(42.800)	(57.747)
Total de juros e encargos sobre debêntures	**(381.451)**	**(403.051)**
Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	12.387	44.156
(-) Margem de construção ICPC 01 ativo de contrato	(124)	(441)
Total de despesas de juros, encargos e custo de transação	**(369.188)**	**(359.336)**
Juros sobre debêntures	(171.479)	(225.319)
Atualização monetária sobre debêntures	(167.172)	(119.985)
Custos de transação sobre debêntures	(42.800)	(57.747)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	12.263	43.715
Total de reconciliação de juros, encargos e custo de transação	**–**	**–**

25. Outras receitas e (despesas), líquidas

	31/12/2025	31/12/2024
Venda de ativo	201	1.952
Indenizações (i)	339	5.700
Outras receitas	1.073	500
	1.613	**8.152**
Baixa de ativo imobilizado	(1)	–
Reversão/Baixa liquida de arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16	2.647	(194)
Outras despesas com tributos	(99)	(134)
	2.547	**(328)**
	4.160	**7.824**

ii) Receitas de indenizações no exercício de 2024 representa majoritariamente o recebimento de sinistro, devido a erosão de taludes das Rodovias SP-063, SP-065, SP-332 e SP-360.

26. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social: A despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é reconhecida de acordo com a legislação tributária vigente e com os critérios estabelecidos pelo CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro. A reconciliação apresentada a seguir demonstra a relação entre a despesa tributária calculada pela aplicação das alíquotas nominais sobre o lucro contábil antes dos tributos e a despesa efetivamente reconhecida no resultado do período:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos	**465.654**	**389.718**
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(158.322)	(132.504)
Outras adições/exclusões permanentes	2.033	(112)
Incentivos fiscais	2.184	4.173
Juros sobre o capital próprio	23.936	49.130
Efeito IR e CSLL no resultado	**(130.169)**	**(79.313)**
IR e CSLL corrente	(99.519)	(53.007)
IR e CSLL diferido	(30.650)	(26.306)
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	**(130.169)**	**(79.313)**
Alíquota Efetiva	**27,95%**	**20,35%**

27. Transações que não envolvem caixa – Em conformidade com o CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. A seguir, demonstramos as transações que não afetaram o caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos		
Adições de ativo intangível	10.380	–
Adições de direito de uso (arrendamento) (i)	50.192	54.787
Juros capitalizados	12.263	43.715
Financiamentos		
Juros sobre capital próprio deliberados e não pagos	28.390	91.264
Total	**101.225**	**189.766**

(i) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamento (NE 15).

28. Seguros – A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Ramo	Seguradora	Vigência De	Vigência Até	Limite Máximo Responsabilidade
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/04/2025	30/04/2026	31
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A.	29/12/2025	29/12/2027	11.212
Risco de Engenharia	Mapfre Seguros Gerais S/A	14/03/2025	31/12/2027	489.500
Risco Operacional	Chubb Seguros Brasil S.A.	29/06/2025	29/12/2026	360.000
Seguro de Riscos Administrativos D & O	Axa Seguros S/A	01/12/2025	01/06/2027	40.000
Seguro de Veículo*	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/09/2025	30/09/2026	–
Seguro Garantia Judicial	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	20/09/2022	10/07/2030	9.963
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S. A.	06/04/2023	20/10/2030	333.750
Seguro Garantia Judicial	Avla Seguros Brasil S.A.	23/04/2025	06/05/2030	6.692

(*) Valor de mercado referenciado do veículo que corresponde a 100% do valor constante na tabela FIPE-USP.

29. Lucro por ação – Básico: O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	335.485	310.405
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro básico por lote de mil ações[1]	602,52	557,48

[1] Lucro básico demonstrado em reais. ***a. Diluído:*** A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

30. Eventos subsequentes – Debêntures: Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R$ 118.031, sendo R$ 8.678 de principal e R$ 109.353 de remunerações.

Diretoria Executiva

Douglas Longhi
Diretor Presidente

André de Paula Yusiasu
Diretor Administrativo-Financeiro e RI

Contador

Ailton da Silva de Oliveira
CRC/BA – 026104/O-8'S'SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** | Itatiba-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *Interna-*

continua ...

DATA MERCANTIL

Edição Digital • Ano 6 • São Paulo, 10 de Março de 2026

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

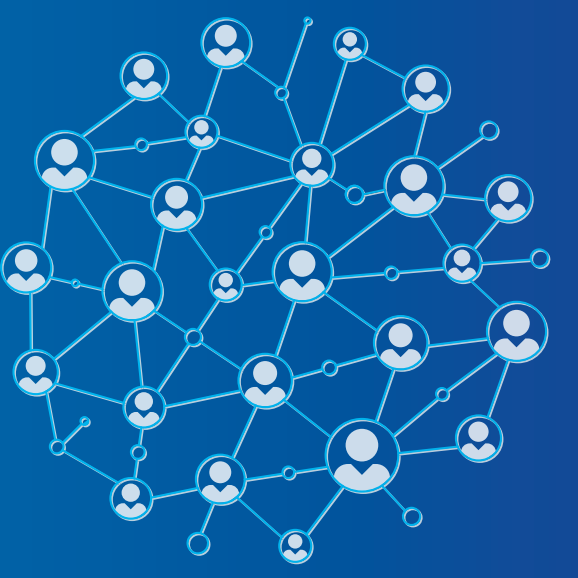
tional Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião**.** Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião**. Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão (ativo de contrato):** Veja as notas explicativas 2.2 (j) e 11 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu adições referentes a ativo de contrato (infraestrutura em construção) no montante de R$166.370 mil que estão sendo realizadas na rodovia sob concessão. Conforme ICPC 01 (R1)/OCPC 05 – Contratos de concessão (IFRIC 12), os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, nas adições de ativo de contrato, que compreende a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; (ii) validação das medições, de acordo com o andamento das obras. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:** Veja as notas explicativas 2.2 (p) (i), e 22 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas no sistema contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem no sistema contábil. (i) obtivemos, em base completa, os extratos bancários relacionados à arrecadação de pedágio e realizamos a inspeção da totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício. (ii) enviamos, em base completa, as confirmações junto às empresas de arrecadação automática de pedágio para o saldo a receber em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, realizamos testes alternativos para aquelas confirmações que apresentaram eventuais inconsistências. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2025, que não conteve modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP 252.905/O-2

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo